

ANTIFEMINISMOS E RELIGIÃO: TRAJETÓRIAS E DISPUTAS DE DEPUTADAS CATÓLICAS NA ARENA LEGISLATIVA¹

Tabata Tesser²

Resumo: A eleição de 2018 selou a epopeia conservadora que atravessou o Brasil nas últimas décadas. Diante do conservadorismo consolidado, figuras públicas femininas – que antes já foram consideradas pouco expressivas ou "identitárias" dentro do espectro da chamada direita cristã – passaram a configurar-se como articuladoras do ex-presidente Jair Bolsonaro na Câmara Federal. O artigo apresenta as trajetórias políticas de duas deputadas católicas e antifeministas, Carla Zambelli e Chris Tonietto. O objetivo é escrutinar como os catolicismos conservadores vocalizados por mulheres são um dos ingredientes fundamentais do reacionarismo em curso. A hipótese é a de que a atuação destas parlamentares católicas durante a 56ª legislatura (2018-2022) deflagra um novo contorno no conservadorismo religioso no legislativo. Mulheres líderes/ativistas cristãs passam a ocupar espaços de relevância pública usufruindo das gramáticas antigênero, antitrans e antiaborto. Sub judice da plástica e palatável narrativa da "ideologia de gênero", disputam a maternidade política com caráter estritamente antifeminista e confrontam, em certa medida, o ambiente político majoritariamente masculino na Câmara Federal. Também se reposicionam nas disputas com lideranças evangélicas e/ou feministas na arena pública e integram contramovimentos que reivindicam pautas morais e punitivistas, como a defesa da educação domiciliar e do agronegócio – em contraposição ao Sínodo da Amazônia –, e atuam com forte aliança no legislativo com grupos católicos ultraconservadores.

Palavras-chaves: Antifeminismos; Catolicismos; Conservadorismos; Câmara dos Deputados.

¹ Como citar: TESSER, Tabata. Antifeminismos e religião: trajetórias e disputas de deputadas católicas na arena legislativa. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 23, n. 44, p. 13-49, 2023.

² Doutoranda em Sociologia pela Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: tabatatesser@usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7615-8080>.

*ANTIFEMINISMS AND RELIGION: TRAJECTORIES AND DISPUTES OF
CATHOLIC DEPUTIES IN THE LEGISLATIVE ARENA*

Abstract: The 2018 election sealed the conservative epic that has crossed Brazil in recent decades. In the face of consolidated conservatism, female public figures – who were previously considered little expressive or "identitarian" within the spectrum of the so-called Christian right – began to configure themselves as articulators of former President Jair Bolsonaro in the Federal Chamber. The article presents the political trajectories of two Catholic and anti-feminist representatives, Carla Zambelli and Chris Tonietto. The objective is to scrutinize how conservative Catholicisms voiced by women are one of the fundamental ingredients of ongoing reactionaryism. The starting hypothesis is that the performance of these Catholic parliamentarians during the 56th legislature (2018-2022) triggers a new contour in religious conservatism in the legislature. Christian women leaders/activists begin to occupy spaces of public relevance, taking advantage of anti-gender, anti-trans and anti-abortion grammars. Sub judice of the plastic and palatable narrative of "gender ideology", they dispute political motherhood with a strictly anti-feminist character and confront, to a certain extent, the mostly male political environment in the Federal Chamber. They also reposition themselves in disputes with evangelical and/or feminist leaders in the public arena and are part of counter-movements that claim moral and punitive guidelines, such as the defense of home education and agribusiness – in opposition to the Amazon Synod –, and act with a strong alliance in the legislature with ultraconservative Catholic groups.

Keywords: Antifeminisms; Catholicisms; Conservatisms; Chamber of Deputies.

INTRODUÇÃO

A centralidade do poder simbólico cristão nas eleições de 2018 é dado quase como inquestionável. De fato, os usos e desusos dos lemas, *slogans*, frases bíblicas ou referências materiais, o sentimento religioso impetrado por atores políticos-religiosos (e não só) grifaram o contexto eleitoral brasileiro. Nas análises subsequentes à ascensão conservadora que atravessou

2018, destaca-se na literatura a centralidade "dos evangélicos" na vitória eleitoral de Jair Bolsonaro. Não ocasionalmente, já que o ambiente político nas Américas apontam o sucesso de outsiders com filiação religiosa cristã, cujo apoio de gurus e uso estratégico das redes sociais resultaram na força social conservadora. Foi o caso de Donald Trump e Jair Bolsonaro (Bueno, 2022, p. 175).

Uma pergunta ganhava centralidade em meio à ascensão desta direita cristã (Lacerda, 2019) em curso: os católicos conservadores, onde estariam? Herdeiros do ultra tradicionalismo católico estariam experimentando um lugar politicamente periférico diante da beligerância política evangélica, cada vez mais avassaladora e conservadora nas arenas públicas? E as mulheres conservadoras, onde estariam diante deste fenômeno reacionário?

Este artigo pretende analisar estes fenômenos religiosos em curso fazendo o caminho inverso, procurando observar agentes que pouco ou raramente são analisadas na literatura sobre conservadorismos políticos: as parlamentares católicas assumidamente antifeministas. Tais análises são parte dos resultados da dissertação intitulada "Entre terços e palanques: ativismos de deputadas católicas antifeministas na Câmara Federal"³ (Tesser, 2022) e que foram apresentados pela autora deste artigo no seminário *Catolicismo: Tradições e transformações no século XXI*, organizado pelo Cebrap, Fapesp, Departamento de Sociologia da USP e pela Revista Debates do NER em maio de 2023 na Universidade de São Paulo (USP).

A pesquisa examinou o "ativismo político religioso" (Mariano, 2016) antifeminista de duas deputadas federais católicas e bolsonaristas: Carla Zambelli (PSL-SP) e Chris Tonietto (PSL-RJ), durante a 56ª legislatura (2019-2022). Metodologicamente, ela buscou desvelar, através da investigação de suas publicações nas redes sociais do *Facebook* e do *Instagram*, por meio do *software Facepager*⁴, suas agendas legislativas na arena das moralidades, e

³ A dissertação pode ser acessada em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/26529>.

⁴ *Software* de coleta de dados e monitoramento descontinuado no Brasil com a promulgação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), nomeado originalmente de *Netvizz*.

identificou quais vínculos as parlamentares mantinham com grupos/associações/líderes católicos e evangélicos. A pesquisa também elaborou uma linha do tempo de suas trajetórias entre 2011 e 2022. Tal desenho temporal permitiu identificar diferenças de atuação entre as duas deputadas em termos de catolicismo e em termos de expressão de conservadorismos no legislativo.

De antemão, para situar o(a) leitor(a), vale classificar duas diferenças expressivas entre as parlamentares católicas antifeministas. A deputada paulista Carla Zambelli, que conheceremos mais à frente, esteve na linha de frente da base de apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados. Liderou direta e indiretamente, com participação em viagens oficiais, jantares e eventos públicos, a agenda pública bolsonarista (como entrega de obras, condecorações a diplomatas, eventos no Palácio do Planalto, etc.). Diferente de Carla Zambelli, a deputada carioca Chris Tonietto voltou sua ação política à visitação e participação em eventos nas paróquias e dioceses no Rio de Janeiro. Carla Zambelli, no entanto, participou ativamente das cúpulas partidárias decisórias, enquanto Chris Tonietto pareceu estar à margem destas decisões, concentrando suas atividades parlamentares no estado que a elegeu. Em definição que ouvi de um dos assessores que trabalha na Câmara dos Deputados, Carla Zambelli seria, em 2018, "do alto clero da Câmara", enquanto Chris Tonietto seria do "baixo clero".

Outra diferença significativa diz respeito ao *modus operandi* religioso das parlamentares católicas na arena legislativa. Ambas foram eleitas para a Câmara dos(as) Deputados(as) pela primeira vez nas eleições de 2018. A deputada federal Carla Zambelli apresenta uma trajetória legislativa mais "secularizada" do que a da deputada Chris Tonietto. Isto é, baixas participações em eventos sediados pela e na Igreja Católica, além de apresentar pouca preocupação em seguir à risca a "cartilha" conservadora do catolicismo ou as doutrinas católicas dogmáticas. Diferente de Carla Zambelli, Chris Tonietto exprime o tipo ideal, nos termos weberianos, de *católica conservadora no parlamento*. Com uso de doutrinas eclesiais, retórica paroquiana, alta circulação entre os cleros católicos e certo silêncio sobre o papado de Francisco, a deputada Chris Tonietto parece inaugurar uma nova geração

de jovens católicos conservadores, que emergem no pós-2013, e que veem na política partidária um espaço para propagação de filosofias doutrinárias e reivindicações morais.

Vale destacar que a deputada Carla Zambelli divulgou em suas publicações, durante o período analisado, ter vínculos orgânicos com lideranças, ministros e deputados(as) confessionalmente evangélicos(as); enquanto Chris Tonietto mantinha vínculo direto com uma liderança de Estado assumidamente evangélica: a ex-Ministra Damares Alves, responsável por gerenciar o antigo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH). A relação das deputadas católicas com a ex-Ministra são apresentadas ao final da escrita deste artigo. É importante mencionar que a escolha das deputadas Carla Zambelli e Chris Tonietto foi realizada a partir de critérios de autoidentificação: mulheres, antifeministas, católicas e conservadoras, além de eleitas em estados em que o bolsonarismo habita de maneira mais expressiva – Rio de Janeiro e São Paulo.

A saber, o artigo está estruturado em quatro seções. Na primeira seção, é apresentado um histórico da atuação de mulheres conservadoras autoidentificadas cristãs na reação ao chamado "feminismo civil" da década de 1960 e, conseqüentemente, a emergência de lideranças femininas antifeministas. Na segunda e terceira seções, são apresentadas as trajetórias das deputadas federais Carla Zambelli e Chris Tonietto, bem como seus vínculos associativos com grupos católicos ultraconservadores. Na última seção do artigo, são apresentadas análises de aproximações e distanciamentos entre os ativismos e as trajetórias das deputadas católicas.

ANTIFEMINISMO DE ESTADO: CATÓLICAS E EVANGÉLICAS DOMESTICANDO O GÊNERO NA AGENDA PÚBLICA

Até a chegada, em 2018, de lideranças femininas reacionárias na agenda pública brasileira, episódios marcaram a organização e a ofensiva conservadora de mulheres de direita à plataforma política dos feminismos. A socióloga

Camila Galetti classifica a participação de mulheres antifeministas no espaço público como uma extensão dos privilégios patriarcais. Para a autora, os antifeminismos compõem a episteme da ideologia de extrema direita que usufrui de um modelo de família patriarcal aliada à defesa de uma certa feminilidade e virilidade masculina (Galetti, 2021).

Como dissecou o sociólogo Jordi Bonet-Martí (2020), o antifeminismo não é um fenômeno recente. O autor aponta que desde a segunda metade do século XIX, homens e mulheres reagiram à demanda do sufrágio universal. O antisufragismo foi parte fundamental da reação conservadora aos feminismos que, em grande escala, usufruiu do discurso de que a extensão dos direitos políticos às mulheres seria uma ameaça à moral cristã e à família tradicional (Bonet-Martí, 2022, p. 2).

Segundo Bonet-Martí, o *turning point* antifeminista teria ocorrido justamente nos Estados Unidos na década de 1960. Na nomeada "segunda onda do feminismo", lideranças femininas cristãs (católicas e evangélicas) se organizaram pela não-aprovação da Emenda da Igualdade de Direitos, a ERA (*Equal Rights Amendment*). A ativista norte-americana *Phyllis Schlafly*, nomeada de "primeira-dama do reacionarismo americano", se destacou como uma das principais lideranças durante o *Eagle Forum* na década de 1960. Munida de símbolos antiaborto e com direito à distribuição de pães caseiros para donas de casa e miniaturas de gesso em formato de fetos, a ativista organizou manifestações e venceu, em vários estados, liderando a oposição à emenda. Enquanto feministas questionavam a domesticação do privado, a ativista Schlafly discursava que o ímpeto "natural" das mulheres seriam o de serem cuidadoras, "do lar", e que o feminismo defenderia o divórcio (Lacerda, 2019, p. 35). Neste episódio, entre as principais bandeiras defendidas pelas mulheres antifeministas, encontravam-se a crítica à igualdade de gênero entre homens e mulheres, ao casamento igualitário, ao aborto e ao reconhecimento político das mulheres.

Outro episódio de contraofensiva é justamente a criação da Coalização de Mulheres pela Família (1997), organização da direita católica norte-americana liderada pela jornalista Dale O'Leary (Côrrea, 2018) e que serviu

como base para a posição ideológica das mulheres de direita “que não temem dizer seu nome”. A jornalista também foi responsável por ser a “voz antifeminista” do Vaticano durante as importantes Conferências Internacionais que estabeleceram marcos de direitos às mulheres, como aquelas de Cairo (1994) e Pequim (1995). Já nas reuniões do Comitê Preparatório da IV Conferência Mundial da Mulher de Pequim (1995), o discurso antigênero entrou em cena, gerando embates e controvérsias sobre o uso do termo “saúde reprodutiva” e questionamentos, principalmente pela Igreja Católica, da afirmação do gênero como camada cultural sobreposta ao sexo biológico (Côrrea, 2018, p. 7).

No Brasil, durante a década de 1930, inspiradas no fascismo italiano de Mussolini e parte do fascismo feminino latino (Machado e Reis, 2022), mulheres inscritas na Ação Integralista Brasileira (AIB) foram nomeadas de “blusas-verdes”. Sob liderança do católico Plínio Salgado, as mulheres reacionárias tornaram-se estratégicas para o grupo integralista no papel de defesa da maternidade, produção de novos adeptos e educação dos filhos na filosofia integralista. As “blusas-verdes” protagonizaram uma mobilização feminina com as falangistas do Cone Sul e foram a organização de extrema direita que mais mobilizou mulheres no Brasil até os anos 1960 (Ariño, 2019).

A reação de mulheres reacionárias brasileiras foi sendo articulada na medida em que o “feminismo civil” (da participação política e das reivindicações trabalhistas) foi sendo consolidado. Evidenciou-se, durante a ditadura civil-militar, a criação da Coalização de Mulheres pela Família (CANDA). O grupo formado por mulheres católicas buscou “[...] desmistificar a memória da resistência da sociedade brasileira, uma vez que é inegável a ressonância que os discursos anticomunistas dos grupos de mulheres tiveram em 1964” (Cordeiro, 2009, p. 22). Outros grupos liderados por mulheres cristãs, como a União Cívica Feminina (1962), a Liga das Mulheres Democráticas de Belo Horizonte, a Cruzada Democrática Feminina de Recife e a Associação Democrática Feminina de Porto Alegre, liderada por esposas de militares cristãos, aderiram ao discurso nacionalista, culminando na organização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade em 1964.

Em contraposição, especialmente nos contextos marcados por regimes autoritários, o feminismo militante ganhou corpo. Na América Latina, no fim da década de 1970, os feminismos latino-americanos se organizaram para reagir aos regimes militares, que levou ao desaparecimento de militantes conduzido pelo aparelho repressivo do Estado. No Brasil, feministas, em sua maioria católicas ligadas à Teologia da Libertação, se organizaram para denunciar a virulenta ditadura militar. Ainda na região foram convocados encontros feministas bienais, realizados em Bogotá, Colômbia (1981); Lima, Peru (1983); Bertioga, Brasil (1985), Cidade do México, México (1987); e San Bernardo, Argentina (1990), com objetivo de discutir a conjuntura e reunir os movimentos feministas (Sternbach et al., 1994).

É justamente a partir da ascensão da Direita Cristã (*Christian Right*), no início da década de 1980 e durante a nomeada “terceira onda do feminismo”, afirma Jordi Bonet-Martí (2020), que o antifeminismo adere à uma nova narrativa religiosa com objetivo de reagir à ascensão dos feminismos em curso. Esta nova corrente do antifeminismo cristão, expressa conflitos entre as reivindicações da moral cristã e os movimentos feministas. Este antifeminismo nasce vinculado ao conservadorismo evangélico norte-americano que se inspira nas ideias do Vaticano, com cartas apostólicas e documentos pontifícios que versam sobre a Teologia do Corpo e a doutrina da complementaridade, assinado pelo papa João Paulo II⁵ (Bonet-Martí, 2022, p. 3). É então que lideranças católicas e evangélicas, ecumenicamente irmanadas em ações transnacionais (Côrrea, 2018) e conectadas em um programa moral comum, passam a atuar unidas em torno de “batalhas culturais” que buscam classificar o feminismo (e o comunismo) como os males a serem combatido na sociedade.

⁵ Este investimento clerical aconteceu após as audiências do Concílio Vaticano II (1961) e aglutina 129 textos do Papa João Paulo II, escritos entre 1979 e 1984, sobre temas de sexualidade humana, aborto, sacramento do matrimônio, regulação de natalidade, celibato e gênero.

De este modo, el nuevo antifeminismo, ya sea en su versión evangélica o católica, centrará su estrategia en torno a las denominadas “batallas culturales”: el rechazo al derecho al aborto, al matrimonio igualitario y a la introducción a la educación sexo-afectiva en las escuelas categorizada como “ideología de género”. Este nuevo antifeminismo no cuestiona la igualdad formal representada por la participación de la mujer en el mercado laboral o por su implicación en la actividad política, sino que dirige su oposición contra el denominado “programa ideológico” del movimiento feminista. En este sentido, el movimiento feminista no es percibido como un movimiento que luche por la igualdad entre hombres y mujeres y el fin de la discriminación por razón de sexo, sino como un proyecto ideológico que busca subvertir las bases de la sociedad cristiana, por lo que debe ser combatido en diferentes ámbitos: políticos, educativos, culturales (Bonet-Martí, 2020, p. 4).

A organização de mulheres conservadoras foi acompanhada pela crescente mobilização dos feminismos em diferentes partes do mundo. Na virada do século XIX para o século XX, o centro da agenda feminista encontrava-se na discussão sobre direitos sociais, equiparações salarial, empregatícia e do reconhecimento de direitos civis, nomeado pelos estudos de gênero como "feminismo civil" (Lorde et al., 2019).

Dos anos 1960 até 1980, a plataforma programática dos feminismos ocidentais esteve centrada nas demandas das chamadas “políticas do corpo”. Bandeiras relacionadas às reivindicações sobre sexualidade, reprodução, autonomia, família, aborto, maternidade e questionamentos da ordem da "vida privada" ganharam prioridade no movimento. O gênero enquanto camada social passou a ser o grande motor da organização política dos feminismos, que aderiu a formas e interpretações distintas sobre como enfrentar o patriarcado, o racismo e o capitalismo.

No Brasil, no caldo do movimento da contracultura, feministas passaram a ocupar espaços na mídia hegemônica promovendo a midiatisação da militância feminista. No início dos anos 2000, com o advento da *internet*, os feminismos passaram a se organizar nas redes sociais (Martinez, 2021) (comunidade no *Orkut* "Feminismo e Feministas", listas de *e-mails*

"Blogueiras Feministas") para denunciar o papel social das mulheres, relegado no patriarcado à esfera privada (Miguel e Biroli, 2014, p. 31).

A pesquisadora Heloísa Buarque de Almeida classifica, no entanto, que é a partir de 2013 que o discurso feminista adere a novas estratégias políticas que culminam na midiaticização dos feminismos. Com uso tático das redes sociais para denunciar a cultura do estupro, à exemplo das campanhas "Chega de Fiu Fiu" (2014) e "Meu Primeiro Assédio" (2015), surgem os "feminismos das *hashtags*". Estes feminismos estão centrados na busca de voz e reconhecimento através das novas mídias digitais e são fruto da construção de novos tipos de "publicidade" das agendas feministas (Almeida, 2019, p. 25).

No ano de 2013, exaltou-se a crise de representatividade nos espaços de poder e emergiram nas ruas novos movimentos e *contramovimentos* sociais impulsionados pela virtualidade. O período foi marcado pela chegada de novos atores/atrizes neoconservadores/as na cena pública. Não à toa que as ativistas católicas, atualmente deputadas federais reeleitas em segundo mandato para a Câmara Federal, Carla Zambelli e Chris Tonietto, destacaram-se ao liderarem manifestações anticorrupção e contrárias às agendas de gênero em seus estados.

A ascensão em 2018 de um líder de extrema direita ao Brasil foi possível pela aliança entre discursos e práticas misóginas que resultaram na campanha de violência política de gênero⁶ contra a primeira presidenta eleita, Dilma Rousseff (PT), deposta em 2016. A instabilidade econômica, aliada à crise de representatividade, fortaleceu a extrema direita que diante da conjuntura mobilizou sentimentos de medo, terror e destruição (da família, dos bens, dos costumes).

⁶ O termo violência política de gênero vem sendo trabalhado por organizações feministas que visam denunciar os tipos de calúnia, difamação, assédio, etc., contra lideranças, ativistas e defensoras de Direitos Humanos. Com o feminicídio político da ex-vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ), feministas negras passaram a reivindicar o caráter racial destas violações enquanto "violências políticas de raça e gênero".

As insígnias defendidas por este "novo" conservadorismo político, reacionário como sempre e repaginado como nunca – graças às redes sociais desregulamentadas –, se articulam na defesa da agenda neoliberal. Suas ideias prezam pela defesa da família patriarcal e heteronormativa, do combate aos feminismos e aos LGBTQIA+, além de serem caracterizados pelo antiam-bientalismo, pelo punitivismo penal (maioridade penal e aumento de penas), pelo anticomunismo e pela promulgação dos valores de mercado como a privatização, a desnacionalização e a desregulamentação (Lacerda, 2019, p. 165).

Os feminismos e as lutas antirracistas⁷ seguem em disputa na sociedade. As redes sociais são um dos principais palcos destas disputas. Diante dos feminismos mais midiaticizados na era das redes e das telas, as antifeministas também buscam disputar o imaginário sobre o que é "ser mulher" e "quem pode se afirmar como tal". A politização dos debates de gênero e raça no Brasil gerou reações de grupos ultraconservadores, que se viram diante de um impasse político. Com a ascensão do discurso e das práticas feministas sobre representatividade (por vezes capitulado por setores empresariais, definido como *purplewashing*⁸), se enxergaram rodeados de lideranças masculinas com limitações "representativas" para criticar as políticas de Estado pró-gênero e raça.

A campanha de Jair Bolsonaro (PSL), em 2018, no entanto, buscou resolver o impasse ao impulsionar figuras historicamente "subalternizadas" na política, como mulheres (brancas) e homens (negros) com objetivo de

⁷ Para mais, ver: A direita negra, dos autores Flávio Francisco e Márcio Macedo (2020), disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-direita-negra/>. Acesso em: 26/07/2023.

⁸ Segundo definição do feminismo decolonial palestino, *purplewashing* refere-se às estratégias políticas de *marketing* que indicam um suposto compromisso com a igualdade de gênero. Estratégias de "discurso de igualdade" são utilizadas por empresas, agências globais e países ocidentais que não alcançaram autêntica igualdade de gênero e raça, mas utilizam-se das bandeiras e insígnias feministas e antirracistas para capitular mais lucro ou prestígio social.

defender os valores conservadores "deus, pátria e família" na arena pública. Esta eleição, permeada pelas insígnias conservadoras, fortaleceu os ativismos de lideranças cristãs femininas. A ascensão de mulheres cristãs conservadoras ocorreu em um campo político marcado historicamente pelo ethos predominantemente branco, cristão e masculino do espaço público.

Na década anterior, no espectro evangélico, figuras de influência do ultraconservadorismo evangélico resumiam-se, no âmbito ministerial, a Silas Malafaia (Assembleia de Deus Vitória em Cristo), ao missionário RR Soares (Igreja Internacional da Graça de Deus), ao apóstolo Valdemiro Santiago (Igreja Mundial do Poder de Deus – IMPD), etc; no âmbito de evangélicos conservadores na política, aos deputados Marco Feliciano (Catedral do Avivamento), Magno Malta (PR-ES), Pastor Everaldo (Assembleia de Deus) e outros.

Como classificam as pesquisadoras Jacqueline Teixeira e Livia Reis no artigo "Mulheres evangélicas para além do voto" (2023, p. 17), as lideranças evangélicas femininas, como Damares Alves e Michelle Bolsonaro, foram essenciais "para garantir a legibilidade de candidaturas masculinas" nas eleições de 2018. Segundo as autoras, o mesmo movimento "irmão vota em irmão", cultivado no imaginário político evangélico durante a Constituinte, foi responsável por incentivar o "irmã vota em irmã", trazendo a necessidade da imagem da mulher – evangélica – no centro do engajamento político (Teixeira e Reis, 2023, p. 17).

Vale destacar que o catolicismo sofreu uma inflexão conservadora na arena política legislativa (e não só) no início da década. A Renovação Carismática Católica (RCC) atuou pela prática de *lobby* no Congresso Nacional, e se reinventou estrategicamente para a "espetacularização do carisma" através dos meios de comunicação (Carranza, 2008). Atualmente, se aliam e engajam-se em pautas morais junto de deputados evangélicos, historicamente antagônicos teologicamente.

Na década anterior, no espectro dos catolicismos conservadores, as figuras de influência do ultraconservadorismo resumiam-se, no âmbito do clero, ao Padre Paulo Ricardo, Padre Alex Brito (Arautos do Evangelho),

Dom Fernando Rifan (Administração Apostólica São João Maria Vianney) e outros; no âmbito do laicato, ao jurista Ives Gandra Martins (Instituto Ives Gandra Martins), ao jornalista Bernardo Kuster (*youtuber*), Miguel Nagib (fundador do "Escola Sem Partido") e outros; no âmbito do Congresso Nacional, católicos deputados federais como Francisco Jr (PSD-GO) (Presidente da Frente Parlamentar Católica), Eros Biondini (PL-MG) (Renovação Carismática Católica, Canção Nova) e outros. No entanto, nas eleições de 2018, lideranças femininas católicas e conservadoras passaram de meras leigas paroquianas contra o "gênero" para deputadas federais eleitas, contando com apoio de grupos católicos ultraconservadores.

Voltando à pergunta colocada – "onde estão os católicos ultraconservadores no Brasil?" –, estes seguem disputando os conservadorismos religiosos em curso. No entanto, a controvérsia presente é que se antes a presença iminente de lideranças ultraconservadoras do catolicismo era inquestionavelmente ocupada por homens (leigos e cleros), com a eleição de Jair Bolsonaro, outras facetas mistas deste ultraconservadorismo religioso se mostram. Mulheres católicas conservadoras, antes ocupadas das funções privadas ou paroquianas hodiernas, passam a disputar o espaço público sob a autoidentificação de antifeministas, importando a "domesticação" do gênero nos espaços de poder. Isto é, não são domesticadas da política, mas importam perspectivas de privatização, domesticação e feminilidade do papel das mulheres nos espaços públicos. Com apoio de grupos católicos ultraconservadores e uso estratégico das redes sociais, elas vocalizam posições conservadoras de maternidade, família e difamação ao gênero na esfera parlamentar. Agora não mais como espectadoras destas insígnias dogmáticas católicas ou meras eleitoras, mas como leigas protagonistas de posições antigênero que têm por objetivo disputar o caráter do Estado (mínimo, patriarcal e privatizado). Este é o caso das trajetórias das deputadas federais católicas Carla Zambelli e Chris Tonietto, eleitas pelo PSL em 2018 e apresentadas na próxima seção do artigo.

CARLA ZAMBELLI: O PAPA É *POP* E O AGRO NÃO POUPA NINGUÉM

As seções II e III apresentam as trajetórias das deputadas católicas antifeministas. A análise estrutura-se ao descrever: 1) a construção dos seus ativismos políticos até a chegada ao parlamento; 2) as bandeiras e apoios públicos de grupos católicos ultraconservadores às suas campanhas eleitorais em 2018 e 3) as agendas legislativas das parlamentares durante a 56 legislatura (2019-2022) da Câmara Federal.

A católica Carla Zambelli tem 43 anos e se autodefine como uma deputada *conservadora, casada e mãe*. Racialmente se lê como mulher branca, segundo os dados de autodeclaração de candidatos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). É natural de Ribeirão Preto, interior de São Paulo, onde trabalhou como gerente de projetos e iniciou seu ativismo político em torno das pautas anticorrupção.

Em julho de 2011 fundou, em parceria com o empresário Tomé Abduch, dono da construtora Abduch e ex-comentarista político da emissora Jovem Pan, o movimento "Nas Ruas". Junto a Abduch, hoje deputado estadual eleito em São Paulo pelo partido Republicanos, organizou em 2012 o "Festival de Combate à Corrupção e as Vigílias Contra o Mensalão". Entre os anos de 2013 e 2015, enquanto expressiva voz feminina do movimento Nas Ruas, Carla Zambelli organizou seminários, manifestações e reuniões tanto na Câmara Municipal de São Paulo quanto no Ministério Público. Em outubro de 2015, representando a "Aliança Nacional dos Movimentos Democráticos", a ativista organizou o algemaço pelo *impeachment* na Câmara Federal, reivindicando a deposição da então presidenta Dilma Rousseff (PT).

Em 2016, representando o movimento "Mulheres pelo *Impeachment*", Carla Zambelli participou das reuniões dos Juristas Pró-*impeachment* na Câmara Federal e das mobilizações das "Mães pelo Escola Sem Partido", que teve como objetivo retirar as discussões de gênero e sexualidade dos Planos Nacionais e Municipais de Educação. Neste ponto, vale destacar o uso de "mulheres" como categoria de reafirmação do gênero por parte de

antifeministas. A partir do marcador político "mulheres", buscou-se defender a destituição da primeira mulher eleita presidenta do país.

Outra categoria que importa é justamente o uso da maternidade enquanto fator de identificação social no campo político: "Mães pelo Escola Sem Partido". A politização da maternidade nos espaços públicos é um fenômeno recente, uma vez que este papel, para o patriarcado, deve pertencer à esfera privada. Nos feminismos, o tema das maternidades passou de variáveis reflexões que vão, grosso modo, desde o questionamento ao papel das mulheres enquanto seres reprodutivos, como a de serem sujeitas exclusivas das atividades laborais e reprodutivas ("políticas do cuidado"). Parte dos feminismos também buscou questionar um determinismo biológico sobre a maternidade, passando de uma recusa circunstancial ao ato de maternar para uma possibilidade de escolha e autonomia das mulheres (Scavone, 2001, p. 143). Mais recentemente, os feminismos dissidentes vêm incorporando perspectivas transinclusivas sobre maternidade/paternidade e a capacidade de gestar, esta não restrita às mulheres cisgêneras (adesão dos termos "pessoas que gestam", "pessoas com útero", "pessoas com capacidade reprodutiva" e etc.).

Com o avanço das tecnologias reprodutivas e da consciência sobre a autonomia (reprodutiva e sexual) das mulheres, o núcleo do discurso católico-conservador sobre "instinto maternal" foi sendo questionado – em suma, pela crítica e pelas práticas feministas. No âmbito parlamentar, a nomeação de antifeministas enquanto "mães" e sua identificação social incorre da "naturalização de características e competências associadas a elas" (Ramos, 2015, p. 115). As parlamentares mães e feministas buscam questionar o caráter maternal/privado das mulheres na política incorporando em suas trajetórias a defesa de outras parentalidades e maternidades possíveis, não se restringindo ao modelo tradicional de "pai, mãe e filhos". A categoria "mãe" também ganha outros contornos, pois quase sempre é acompanhada da palavra "família".

Durante as discussões do Plano Nacional de Educação, em 2015, Carla Zambelli passou a citar reiteradas vezes em suas redes sociais a palavra

“família”. Neste ponto, é importante ressaltar o que as pesquisadoras Jacqueline Teixeira e Livia Reis apontam na análise da circulação de discursos morais entre as mulheres evangélicas. “*Família*” é uma categoria mobilizada enquanto “unidade de reconhecimento que visa produzir engajamentos políticos” (Teixeira e Reis, 2023, p. 44). No caso da católica Carla Zambelli, o discurso sobre a “família” nas redes sociais da ativista esteve associado ao uso de fotos e vídeos do seu filho (único) de 9 anos de idade comentando⁹ sobre temas políticos, especialmente sobre o Lula e a Dilma. Diferente da ativista Chris Tonietto, Carla Zambelli não fez menções ao “léxico católico doutrinário” sobre família nas redes.

Desde 2011, as relações políticas da ativista Carla Zambelli se estreitaram com dois grupos católicos ultraconservadores cujas bandeiras antigênero e familistas se evidenciaram nos anos seguintes: o Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO) e os Arautos do Evangelho. Carla Zambelli se declarou publicamente monarquista, defendeu o *parlamentarismo monarquista* e publicizou ser *amiga-irmã* do IPCO. O IPCO¹⁰ é uma associação ultraconservadora católica herdeira do integralismo que tem origem na cisão da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). Foi fundada após a morte do católico e ex-deputado federal na Constituinte de 1995, Plínio Corrêa de Oliveira (Altoé, 2018, p. 18).

⁹ O acesso ao vídeo pode ser feito pelo *link*: <https://www.facebook.com/nasruas/videos/801841329907766/>. Acesso em: 25/07/2023.

¹⁰ Dentre os temas mais abordados pelo Instituto Plínio Corrêa de Oliveira, estão a proibição do aborto em qualquer circunstância, a paralisação de qualquer reforma agrária em curso, o negacionismo climático, a oposição aos casamentos homoafetivos, a defesa da propriedade privada, o reducionismo do movimento feminista enquanto “igualitarismo”, e a associação do nazismo, comunismo e socialismo como representantes de uma mesma ideologia política. São defensores da retomada do Brasil como uma “civilização cristã” que, na posição dos adeptos, estaria ameaçada pela “revolução anticristã” propagada por comunistas.

Em 2016, a ativista passou a declarar ser admiradora de outro grupo católico ultraconservador tefepista: os Arautos do Evangelho¹¹. Além de apoio público, Carla Zambelli publicou fotos de reuniões e jantares que demonstram também acesso privilegiado aos clérigos componentes dos Arautos – em especial ao Padre Alex Barbosa de Brito, atual presidente geral do grupo. O sacerdote também celebrou seu casamento em 2020, com o ex-diretor da Força Nacional, Aguinaldo de Oliveira.

Sobre a relação da deputada Carla Zambelli com o Instituto Plínio Corrêa de Oliveira e os Arautos do Evangelho, a pesquisa conseguiu identificar um ator religioso responsável por estimular vínculos políticos de Carla Zambelli com estes grupos ultraconservadores, até então inexistentes. Este católico é o jurista Ives Gandra Martins. Desde 2012, Gandra Martins aparece nas publicações da ativista como o anfitrião aos convites a seminários pelo *impeachment*, reuniões com juristas, jantares e articulações com estas duas associações ultraconservadoras católicas pró-monarquistas. O jurista também é padrinho de casamento da deputada Carla Zambelli.

Ives Gandra Martins é um católico jusnaturalista integrante numerário da Opus Dei com ampla influência universitária e empresarial no campo do direito trabalhista e tributário. Foi ex-ministro do Superior do Trabalho e fundou em 2018 o Instituto Gandra Martins em São Paulo, uma associação de formação para litígio nas áreas do Direito Natural, Sociologia da Família e Filosofia do Direito. Ives Gandra Martins convidou Carla Zambelli para dar palestras e participar de audiências que discutiram o Plano Nacional de Educação (PNE) entre os anos de 2014 e 2015. Neste momento, Carla

¹¹ Os Arautos do Evangelho concentram suas atuações político-religiosas no combate ao que nomeiam de “falso ambientalismo” e em defesa do agronegócio, investem em campanhas difamatórias contra o Sínodo da Amazônia e denunciam a agenda “ambientalista” do Papa Francisco, cristalizada na Encíclica da *Laudato Si* (2015). Os Arautos são uma associação privada de fiéis de Direito Pontifício dedicada ao celibato, fundada em 1997 pelo monsenhor João Clá Dias. São a outra parte do racha da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), ocorrida em 1995, com a morte de Plínio Corrêa de Oliveira.

Zambelli passou a representar o movimento Nas Ruas nas discussões públicas envolvendo a "ideologia de gênero" e seguiu promovendo conteúdos sobre o tema em suas redes sociais.

A "virada conservadora" das ideias da gerente de projetos, agora ativista antigênero Carla Zambelli, parecem ter encontrado nas redes sociais o *habitat* ideal para estimular o neologismo "ideologia de gênero". O sintagma, segundo o pesquisador Rogério Diniz Junqueira, é utilizado como "artefato retórico persuasivo" (Junqueira, 2022, p. 4) que tem por objetivo redesenhar o discurso reacionário da nova direita cristã. A base moral presente na inventiva "ideologia de gênero" (de gênese católica) apoiou discursivamente a mobilização e presença pública da ativista Carla Zambelli na mídia hegemônica, representando as seguintes articulações: Mães pelo Escola Sem Partido, Nas Ruas, Aliança Nacional dos Movimentos Democráticos, Revoltados *Online* e Mulheres pelo *Impeachment*. Ela passou a conceder entrevistas aos jornais O Globo, Folha, Veja, UOL e G1, endossando o discurso antigênero e antifeminista e projetando sua identidade de mulher católica conservadora à uma promissora carreira política partidária.

O discurso antigênero acaba por ser palatável e remodelado através de campanhas difamatórias sobre o gênero, que passam de uma orientação papal (documental), para serem partes estruturantes das agendas de Estado (como o não reconhecimento do casamento igualitário, proibição máxima do aborto, proibição do debate de gênero nas escolas, etc) – bandeiras que a deputada Carla Zambelli mobilizou durante sua campanha eleitoral. Neste ponto, o termo fabricado "ideologia de gênero", além de ganhar adaptações visuais, cômicas, discursivas e publicitárias distintas com as redes sociais, serve como plataforma política para unificar antifeministas, cada vez mais influentes nos fóruns virtuais – como veremos mais à frente.

Além de dar entrevistas na mídia, Carla Zambelli usou dos artefatos visuais para tratar o tema da criminalização do gênero nas escolas. Publicou vídeos no *Youtube* e no *Facebook* entrevistando senadores, o próprio jurista Ives Gandra, além do então prefeito de São Paulo, João Dória, sobre a "deturpação ideológica" presente nas discussões do "Plano de Educação". Em

notas, entrevistas e vídeos, a ativista Carla Zambelli defendeu a monarquia parlamentarista, a "restauração do Brasil" e sua "re Cristianização". A partir de 2016 adotou a estratégia de comunicação chamada *react*¹², engajou-se em posições antigênero em defesa do projeto Escola Sem Partido reivindicando a "educação familiar e domiciliar", além da defesa da monarquia parlamentarista. Nesse momento, a ativista Carla Zambelli passou a se consolidar com ampla influência nas redes sociais, alcançando no *Facebook* em 2016 a marca de 85 mil seguidores, em 2017 98 mil seguidores e em 2018, 120 mil seguidores.

Sobre a chegada da deputada Carla Zambelli às eleições de 2018, no início daquele ano, a ativista anticorrupção anunciou sua pré-candidatura a deputada federal por São Paulo pelo Partido Social Liberal, tendo a ficha partidária abonada pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP). Meses mais tarde, em outubro de 2018, Carla Zambelli chega ao Congresso Nacional não mais algemada, como fez no ato público pelo impeachment em 2015 na Câmara, mas empossada pela primeira vez como deputada federal pelo PSL com 76.306 mil votos, sendo a mulher mais votada do partido no Estado de São Paulo.

Segundo estudo do Instituto FSB que analisou monitoramento e engajamento de deputados(as) federais nas eleições de 2018 (Santos, 2022), Carla Zambelli é apontada como a deputada que no ano de 2020 teve mais influência nas redes sociais. Em 2023, esta influência representa 3.1 milhões de seguidores no *Facebook*, 2.2 milhões de seguidores no *Twitter*, 3.2 milhões de seguidores no *Instagram*, 641 mil inscritos em seu canal no *Youtube* e 117 mil inscritos em sua lista oficial do *Telegram*.

A pesquisa também mapeou os perfis dos doadores para entender se possivelmente algum dos integrantes dos grupos católicos ultraconservadores haviam financiado diretamente suas campanhas. Os doadores de Carla

¹² Tática comunicacional de reagir a determinado conteúdo de forma rápida e conclusiva através de vídeos.

Zambelli em 2018 são empresários¹³ do ramo da comunicação (com foco em empresas de inteligência artificial), do ramo *fitness* (redes de academias de ginástica em grande escala), do agronegócio (com foco em empresas de celulose) e do ramo da especulação imobiliária (construtoras) (Tesser, p. 69, 2022).

Sobre a agenda legislativa de Carla Zambelli entre 2019-2022, a pesquisa focou em identificar as ações das deputadas católicas tendo como foco a agenda legislativa antigênero. No entanto, outras configurações temáticas aparecem como parte de seus escopos parlamentares, como a defesa do agronegócio e do Estado de Israel.

Estimulando a agenda antigênero na Câmara Federal, a deputada Carla Zambelli protocolou diversas legislações sobre temas envolvendo educação, cultura e segurança pública. A deputada é coautora do Projeto de Lei (PL) nº 3.492/2019 (Brasil, 2019), que visa impor no "rol dos crimes hediondos a imposição da "ideologia de gênero" à crianças e adolescentes" (iniciativa legislativa motivadas pelo caso do menino Rhuan); também é autora do PL nº 4.887/2019 (Brasil, 2019), que versa sobre a "aplicação do modelo cívico-militar à todas as escolas públicas da educação básica"; autora do requerimento nº 64/2019, que organiza o Seminário de Valorização da Família no Congresso Nacional; coautora do PL nº 2.824/2019 (Brasil,

¹³ Segundo os dados da Prestação de Contas Eleitorais da deputada Carla Zambelli, a candidata utilizou nas eleições de 2018, R\$517.468,61 em recursos para sua campanha, sendo que 89.42% deste montante (R\$462.744,72) foram doações de pessoas físicas (já que a Reforma Eleitoral de 2015 proibiu empresas/pessoas jurídicas de doarem para campanhas eleitorais). A título de transparência: o empresário Tomé Abduch contribuiu com R\$60.000; Eduardo de Paula Machado, promotor de justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, contribuiu com R\$50.0000; Edgard Corona, CEO da academia BioRitmo e acionista da Smart Fit, contribuiu com R\$50.000; Rogério Bromfman, fundador Beaver (empresa de inteligência artificial focada em digitalização de documentos), com R\$30.000; e o empresário Jorge Feffer, membro do Conselho da Suzano Papel e Celulose, contribuiu com R\$30.000. Houveram outros doadores menores, como organização de vaquinha coletiva e recurso recebido via fundo partidário.

2019) que declara a Princesa Isabel "patrona da Abolição da Escravatura no Brasil"; coautora do PL nº 246/2019 (Brasil, 2019), que institui o "Programa Escola sem Partido". Entre outras propostas, é autora do requerimento nº 439/2019, que "cria a Frente Parlamentar em Defesa da Liberdade Religiosa e da Cultura de Paz".

Outro elemento na atuação parlamentar da deputada é o apreço ao Estado de Israel¹⁴. Em 2018, a deputada referendou em publicações e em legislação proponente a posição pró- Estado de Israel, informando aos eleitores ser "peregrina de Israel". Recebeu da Comunidade Internacional Brasil & Israel a comenda de embaixadora extraordinária da Paz na Terra Santa e apresentou homenagens e condecorações para a Diretoria da Confederação Israelita do Brasil (CONIB). Segundo a literatura sobre o tema, a atuação legislativa pró-Israel, como o faz Carla Zambelli, é parte de um sionismo cristão refletido também na esfera legislativa. Isto ocorre quando a identidade religiosa cristã assume politicamente o apoio ao Estado de Israel com objetivo de defender o direito de expansão territorial nas pautas dos governos nacionais nas instâncias do Estado (Machado et al., 2022, p. 226).

A dissertação de Mestrado também mapeou a circulação do tema do agronegócio e a destinação das emendas parlamentares na atuação legislativa da deputada Carla Zambelli. Sobre o tema do agronegócio, a parlamentar presidiu a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara Federal entre 2019 e 2021 e atuou com estreita relação com

¹⁴ Como deputada eleita, acompanhou o ex-presidente Jair Bolsonaro e a atriz Regina Duarte em uma viagem diplomática com o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu. Na esfera parlamentar, é autora do requerimento 3018/2019, que concede homenagem aos 72 anos do renascimento da nação de Israel e da Moção de Louvor à Delegação das Forças de Defesa de Israel que agiram no resgate de sobreviventes da tragédia em Brumadinho. Foi possível identificar que Carla Zambelli atua em consonância com a expressão de sionismo cristão (Freston, 2020) presente no Congresso Nacional. Seu mandato atua para defender o Estado de Israel, e incorpora tal bandeira enquanto um dos princípios fundamentais da Nova Direita Cristã. Por vezes, tal sionismo contraria a própria posição do Vaticano sobre o assunto.

grupos católicos antiambientalistas, em especial com a organização Paz no Campo¹⁵, ligada ao "Dom" Bertrand e ao católico Nelson Ramos Barretto, do Instituto Plínio Corrêa de Oliveira. A organização Paz no Campo atua fortemente para denunciar a "psicose ambientalista que visa implementar uma religião ecológica" e se opõe à Encíclica *Laudato Si* do Papa Francisco e ao Sínodo da Amazônia. Em 2018, Carla Zambelli passou a adotar a saudação "Ave Império" na abertura de suas falas no parlamento. O gesto simboliza um clamor de monarquistas rumo à "Marcha da Restauração do Brasil" e a "Terra de Santa Cruz" – saudação também encontrada nas publicações das redes sociais da deputada carioca Chris Tonietto.

Por fim, por meio da LOA (Lei Orçamentária Anual), de 2020 a 2022, a dissertação de Mestrado sistematizou os recursos enviados pelas parlamentares católicas ao antigo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, liderado pela ex-Ministra Damares Alves. O intuito do mapeamento orçamentário foi de compreender as relações das agentes públicas na institucionalização do termo "ideologia de gênero" nas ações do Estado – nomeadas de práticas de um antifeminismo de Estado. A deputada Carla Zambelli destinou, nos dois anos de legislatura, o total de R\$3.377.000,00 (três milhões trezentos e setenta e sete mil reais) para o antigo Ministério. O recurso foi destinado, principalmente, para as políticas públicas nomeadas de "fortalecimento da família", como o programa Famílias Fortes. Neste ponto, o mandato parlamentar da deputada católica Carla Zambelli, além de vocalizar discursos familistas na tribuna, apresentou estar alinhado programaticamente com as "políticas públicas familiares" (Teixeira e Reis, 2023) impulsionadas pela Secretaria Nacional da Família do MMFDH¹⁶ – comandado, à época, pela católica e filha do seu padrinho político: a jurista Angela Gandra Martins.

¹⁵ Para mais informações sobre a organização, acessar: <https://www.paznocampo.org.br/>.

¹⁶ Sobre a Secretaria Nacional da Família, acessar: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/arquivos/copy_of_ApresentaoSecretariaNacionaldaFamiliaMMFDH.pdf/view.

CHRIS TONIETTO: A VOZ ANTIFEMINISTA, CATÓLICA E CONSERVADORA NO LEGISLATIVO

A católica Christine Nogueira ou Chris Tonietto (associando à fonética Cristo) é carioca, moradora da Baixada Fluminense, catequista e advogada formada pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Racialmente se lê como mulher parda, segundo os dados de autodeclaração de candidatos do TSE. Chris Tonietto se define como uma deputada "pró-vida", contra a "ideologia de gênero" e o "ativismo judicial".

Iniciou seu ativismo político em grupos católicos carismáticos em 2012. Ao lado do marido, Lucas Tonietto, fundou o movimento Sentinelas em 2015 com apoio do bispo Dom Antônio Augusto Dias Duarte, tendo como público-alvo os jovens católicos.

Em 2013, nas redes sociais, Chris Tonietto divulgou pela primeira vez uma formação do Centro de Juventude no Rio de Janeiro tendo como foco o tema da "Teologia do Corpo". A palestra foi inspirada nos pronunciamentos do Papa João Paulo II sobre sexualidade humana. Em 2015, a ativista passa a mencionar a realização de atividades formativas que envolvem temas como gênero, família, nascituro e aborto, dando outros contornos da sua liderança no espaço religioso e, conseqüentemente, nas redes sociais.

O uso mais ostensivo das redes sociais envolveu a produção de conteúdo (como vídeos e *cards*) comentando sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como parte da discussão dos Planos de Educação no país. Passou a realizar, e divulgar, reuniões e seminários¹⁷ com sacerdotes e leigos contrários à inventiva "ideologia de gênero", reunindo lideranças cristãs reconhecidas nacionalmente¹⁸ por atuarem contra as questões de gênero e sexualidade nos Planos de Educação.

¹⁷ Também organizou o "Seminário de Gênero: Aspectos Educacionais, Históricos e Jurídicos" no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro.

¹⁸ Dentre as quais se destacam a psicóloga Marisa Lobo, o psiquiatra católico Italo Marsili, o professor católico Felipe Nery, do Instituto de Bioética, o padre José Eduardo da

Foi em 2017 que a ativista Chris Tonietto divulgou o primeiro vídeo institucional do grupo católico ultraconservador Centro Dom Bosco (CDB). Também organizou, em 2017, as "Marchas pela Vida" no Rio de Janeiro adotando a linguagem de criminalização do aborto como "abortoduto".

A partir das Marchas, Chris Tonietto passou a aparecer em vídeos e entrevistas públicas ao lado do policial civil católico Márcio Gualberto. Nas eleições de 2018, a ativista fez uma "dobradinha"¹⁹ parlamentar com Gualberto, ambos candidatos representantes do Centro Dom Bosco. As candidaturas saíram vitoriosas. As eleições tanto da deputada Chris Tonietto quanto do deputado estadual Márcio Gualberto, garantiram ao Centro Dom Bosco uma representação nacional na Câmara Federal e estadual na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) para representar suas agendas. Chris Tonietto foi eleita deputada federal nas eleições de 2018 pelo Partido Social Liberal com 38.525 mil votos, sendo a segunda mais votada do partido no Rio de Janeiro. Já o policial civil, Márcio Gualberto, após duas²⁰ tentativas eleitorais, foi eleito deputado estadual pelo PSL com 23.169 mil votos.

Chris Tonietto é uma de suas fundadoras do Centro Dom Bosco. Inaugurado em 2017 por iniciativa de jovens advogados(as) católicos(as), o CDB é uma associação de leigos católicos que oferece formação doutrinária, ultratradicionalista e dogmática a fiéis da Igreja Católica, e conta com

Diocese de Osasco e o Bispo Auxiliar da Arquidiocese do Rio de Janeiro, Dom Antônio Augusto Dias Duarte.

¹⁹ Prática eleitoral quando dois candidatos, neste caso uma candidata à deputada federal e um candidato a deputado estadual, se unem para fazerem campanhas juntos em torno de pautas e reivindicações comuns.

²⁰ Em 2014 e 2016, o candidato Márcio Gualberto disputou as eleições para deputado estadual e vereador, respectivamente, pelo Partido Social Democrata Cristão (PSDC), mas não foi eleito pelo quociente eleitoral. Nas eleições de 2018, Márcio Gualberto foi eleito deputado estadual pelo Partido Social Liberal (PSL) e reeleito nas eleições de 2022, atualmente pelo Partido Liberal (PL).

apoio do Padre Paulo Ricardo e do Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Antônio Augusto Dias Duarte.

O Centro foi fundado com o objetivo de "defender a fé", "evangelizar", publicar livros e "formar centros católicos no Brasil e no exterior". Uma das salas do grupo CDB, que tem sua sede localizada no Rio de Janeiro, leva o nome de Chris Tonietto como homenagem. O Centro tem ainda outras frentes de atuação, seja na edição de livros, na venda de imagens sacras, camisetas e caneca temáticas e, principalmente, na difusão, formação, *advocacy* e *lobby* jurídico-político em temas relacionados à teologia moral da doutrina católica nos temas de gênero, sexualidade, educação e combate à agenda "comunista".

Chris Tonietto, na qualidade de advogada do CDB, impetrou em 2017, um ano antes das eleições, a ação contra o canal humorístico Porta dos Fundos em razão de um vídeo parodiando a ideia do "céu" para os católicos. O processo foi extinto sem exame de mérito no ano seguinte. O caso de litígio judicial gerou grande repercussão midiática e levou Chris Tonietto a dar entrevistas, projetando-a enquanto liderança feminina católica.

Em 2018, outro caso no campo jurídico gerou ampla repercussão à imagem pública da ativista e católica conservadora Chris Tonietto. Junto de outros jovens do Centro Dom Bosco, recolheu assinaturas em paróquias, escolas e universidades em repúdio à convocação das audiências para discutir a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442/2017, de autoria do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (ANIS) e do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), que visava a descriminalização do aborto voluntário até o terceiro mês de gestação. As audiências da ADPF 442/2018 convocadas pelo STF foram instrumentos de contraponto ao ativismo religioso conservador no ativismo religioso progressista, que também contou com a presença da Frente Evangélica pela Legalização do Aborto (Luna, 2023, p. 176). As exposições argumentativas nas audiências geraram grande repercussão midiática,

levando o CDB a questionar judicialmente a participação²¹ da organização feminista Católicas pelo Direito de Decidir (CDD) para discutir o tema.

Em outro caso jurídico, em 2018, ainda envolvendo o CDB e os reflexos das audiências da ADPF, uma peça judicial subscrita pela advogada Chris Tonietto tentou interpelar judicialmente pela retirada do termo "católicas" do estatuto das CDD. Utilizando trechos do Direito Canônico, o Centro Dom Bosco questionou a organização feminista por estar, supostamente, "induzindo ao erro do fiel católico". Em outubro de 2020, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP) reverteu a sentença em segunda instância, condenando CDD a retirar o termo "católicas" de seu estatuto (Rosado Nunes et al., 2021). O processo, no entanto, venceu em primeira instância em agosto de 2022. A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) garantiu vitória ao grupo católico feminista e afirmou *ilegitimidade ativa*, nos termos do processo, por parte do Centro Dom Bosco, declarando que não poderiam "falar pela Igreja Católica".

Em junho de 2018, ainda durante o andamento destes dois processos judiciais (contra o Porta dos Fundos e a organização Católicas pelo Direito de Decidir), Chris Tonietto passou de uma leiga ativista católica para pré-candidata a deputada federal pelo PSL, tendo sua ficha abonada pelo então candidato ao Senado, Flávio Bolsonaro (PSL-RJ). As entrevistas e a circulação da candidata nos ambientes católicos potencializaram sua influência nas redes sociais. Numericamente, a influência da deputada nas redes sociais representa: 81.170 mil seguidores no *Facebook*, 108.080 mil seguidores no *Twitter*, 175 mil seguidores no *Instagram*, 15.8 mil inscritos em seu canal no *Youtube* e 7.614 mil inscritos na sua lista oficial do *Telegram*.

Dados das Contas Eleitorais do TSE apontam que a campanha de Chris Tonietto nas eleições de 2018 utilizou R\$73.218,85 (setenta e três mil e duzentos e dezoito reais e oitenta e cinco centavos). Chris Tonietto recebeu

²¹ Vídeo disponibilizado junto à página do *Facebook* da organização Católicas pelo Direito de Decidir da audiência pública pode ser acessado em: <https://www.facebook.com/watch/?v=983842718462692>.

poucas doações de pessoas físicas, apenas 2.23% do montante. Mesmo sendo contrária ao "fundão eleitoral" e seu uso, o maior doador da sua campanha nestas eleições veio justamente do partido (PSL), que representou 94.4% do valor acumulado de doações recebidas²².

Os materiais de campanha da candidata comportaram a estética e a política com o ultratradicionalismo católico. Com *posts* de divulgação de fotos e frases de santos católicos – raramente presentes nas redes da deputada Carla Zambelli –, evocação da linguagem dos ritos, como "evangelho do dia" e "reza do terço", e vídeos de homilias (exceto daquelas com menções ao Papa Francisco). Tratando das redes sociais, Chris Tonietto usufrui das habilidades comunicacionais do Centro Dom Bosco, influenciada pelas estratégias dos *think tanks* em difusão de conteúdos ultraconservadores. O discurso eleitoral foi permeado pelos anticomunismo e antifeminismo como bandeiras políticas, com atenção às bandeiras de abstinência sexual, como o projeto "Escolhi Esperar".

Sobre a agenda legislativa de Chris Tonietto, em 2021 a deputada foi vice-líder do PSL na Câmara Federal e presidiu a Frente Parlamentar Mista contra o Aborto, além de integrar a Comissão da Mulher. No legislativo, propiciou encontros para discutir projetos de sua autoria, como o PL nº 434/2021 (Brasil, 2021), nomeado de Estatuto do Nascituro e, assim como a deputada Carla Zambelli, atuou ao lado da católica Angela Gandra em políticas de Estado. Segundo o radar Elas no Congresso (2023), produzido pela Revista *AzMina*, portal que monitora projetos no Congresso Nacional, a deputada Chris Tonietto foi considerada, em 2022, a parlamentar que mais apresentou projetos de lei desfavoráveis às mulheres na esfera legislativa.

Segundo a LOA, entre 2019 e 2020, a deputada federal Chris Tonietto destinou emendas parlamentares às políticas de "fortalecimento da família" no valor de R\$1.610.000 (um milhão, seiscentos e dez mil reais). O investimento público foi destinado majoritariamente para o projeto-piloto chamado

²² De financiamento coletivo das chamadas "vaquinhas virtuais", arrecadou R\$1.975,00, o que significa 2.52% do seu total gasto.

"Famílias Fortes" da Secretaria Nacional da Família, que visou o "fortalecimento da família".

Na agenda de Estado, Chris Tonietto apoiou a produção de documentos públicos, como a cartilha "Por uma infância protegida: enfrentando as diversas formas de violência contra crianças e adolescentes" (2021)²³, resultado de uma parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Neste documento, o termo "ideologia de gênero" foi citado 24 vezes, e a maioria foi replicada nos artigos da deputada, além de ter sido citado também pela deputada estadual, evangélica e fundadora do primeiro "Clube Antifeminista no Brasil", Ana Campagnolo (PSL-SC).

Além do apoio à produção de documentos públicos, a deputada federal Chris Tonietto participou, entre 2019 e 2022, de outras iniciativas estatais tendo como foco a agenda antigênero. Algumas delas são:

- O Seminário "Uso Inteligente da Tecnologia – desafio para as famílias e a sociedade", realizado em 04 de julho de 2019 pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. A única deputada federal convidada para a mesa de abertura foi Chris Tonietto.
- O Seminário "Considerações Filosóficas, Políticas e Sociais da Defesa da Vida no Brasil", realizado pela Secretaria Nacional da Família em 12 de novembro de 2020.
- O "Fórum Nacional sobre Violência Institucional contra Crianças e Adolescentes", onde proferiu a palestra *A desconstrução da identidade promovida pela ideologia de gênero* em 28 de abril de 2021.

²³ O documento pode ser acessado em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/por-uma-infancia-protogada.pdf>.

Diferente da deputada federal Carla Zambelli, Chris Tonietto possuiu incidência extraparlamentar voltada ao mercado editorial: a "Livraria Tonietto", vinculada à Vide Editorial. Em um espaço virtual (*site* editorial), a deputada Chris Tonietto vendia livros de produção literária da doutrina católica, da filosofia e do direito, publicações antifeministas, além de artigos religiosos (como bíblias, terços, canecas, etc.). Em 2023, no entanto, a livraria virtual foi descontinuada sem qualquer informe aos eleitores nas redes sociais.

DISTANCIAMENTOS E ALINHAMENTOS ENTRE A AÇÃO DAS DEPUTADAS CATÓLICAS ANTIFEMINISTAS

A eleição de 2018 parece ter aberto um campo político especialmente propício para as candidaturas antifeministas. Tanto Carla Zambelli (PL-SP) como Chris Tonietto (PL-RJ) foram reeleitas deputadas para a Câmara Federal nas eleições de 2022. As deputadas compõem a oposição ao governo do presidente Lula (PT) e são parte do "bolsonarismo sem Bolsonaro" (Ortellado, 2023) na Câmara Federal. Apesar do fenômeno social bolsonarista ter sido ingrediente comum para a eleição das duas deputadas antifeministas, há elementos que as diferenciam na atuação católica e conservadora na política.

No caso da deputada Carla Zambelli, o tema do agronegócio aparece enquanto bandeira política e atende aos interesses empresariais daqueles que financiaram sua campanha nas eleições de 2018, como empresários dos ramos da celulose e imobiliário. O tema é de interesse comum entre a parlamentar e o Instituto Plínio Corrêa de Oliveira, que defende publicamente combater a "psicose ambientalista" e a reforma agrária. A defesa do agronegócio está religiosa e economicamente imbricada com os valores do empresário, arquiteto e fundador do IPCO, Adolpho Lindenberg, primo do falecido Plínio Corrêa de Oliveira e fundador da Construtora Adolpho Lindenberg – uma das maiores do país.

A seção temática "agronegócio" pouco ou raramente aparece nas redes e bandeiras políticas da deputada católica Chris Tonietto. A tônica

moral dos temas de segurança pública e a defesa do endurecimento penal é fortemente presente na atuação e trajetória legislativa de Chris Tonietto. No caso da deputada Carla Zambelli, o tema "segurança pública" ganhou outros contornos em sua trajetória quando, em outubro de 2022, durante o segundo turno das eleições, ela sacou uma arma contra dois homens negros em um restaurante no bairro dos Jardins, em São Paulo. O caso ganhou repercussão nacional e foi considerado como "uma pá de cal" (Bonin, 2022) para a campanha de Jair Bolsonaro, derrotada em 2022. Até julho de 2023, a deputada federal aguarda julgamento do STF²⁴ por porte ilegal de arma de fogo e perseguição.

Além de diferenças de ênfases temáticas, há distintas formas de associação e de vínculos políticos das deputadas antifeministas com os grupos católicos ultraconservadores. Diferente da deputada Chris Tonietto, Carla Zambelli não compõe formalmente um grupo católico ultraconservador. O Instituto Plínio Corrêa de Oliveira permite que qualquer pessoa seja doadora do grupo, mas não aceita mulheres em seu quadro associativo. Já no grupo católico Arautos do Evangelho, há um setor feminino que reúne as chamadas "cooperadoras/terciárias" missionárias. No entanto, este espaço é para aquelas que desejam seguir a rotina doutrinária do grupo. A deputada Carla Zambelli, portanto, mantém relações político-religiosas com os líderes destes grupos ultraconservadores, principalmente clérigos e intelectuais católicos, mas não faz parte, formalmente, deles.

Não restam dúvidas dos vínculos orgânicos, religiosos, políticos e jurídicos da deputada Chris Tonietto com o Centro Dom Bosco. Alinhados à doutrina católica, o Centro ultraconservador encontrou na eleição da deputada espaços para a projeção das gramáticas antigênero a partir do léxico católico no espaço legislativo. Teologicamente amparado na Teologia do

²⁴ Informações sobre o caso judicial podem ser acessadas em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/02/17/maioria-do-stf-vota-por-manter-suspensao-de-porte-e-apreensao-de-armas-de-carla-zambelli.ghml>.

Corpo do Papa João Paulo II, atua com forte incidência no campo jurídico e no mercado editorial e é herdeiro da tradição da direita católica brasileira.

Suas trajetórias enquanto ativistas também foram historicamente pontuadas. Carla Zambelli eclodiu enquanto voz feminina ativista nos movimentos "anticorrupção" entre 2011 e 2016, com o "Nas Ruas", no bojo do antipetismo paulista. Também obteve presença política nas articulações das "Mães pelo Escola Sem Partido", de 2015 a 2018. Já a católica Chris Tonietto emergiu sociopoliticamente nos grupos católicos carismáticos do Rio de Janeiro, como os Sentinelas, entre 2012 e 2016. A partir de 2017, seu ativismo foi redirecionado a atuação direta com grupos ultraconservadores, como o Centro Dom Bosco e a Liga Cristo Rei, cuja inspiração está na Tradição, Família e Propriedade (TPF) e nos marcos filosóficos do *olavismo cultural*.

Neste ponto, Chris Tonietto apresenta ser o tipo ideal de voz feminina representante do ultraconservadorismo católico no legislativo ao dispor do *ethos* e da linguagem doutrinária católica pouco ou raramente encontrada nas redes sociais da deputada católica Carla Zambelli. Com devido rechaço à Teologia da Libertação e sem menções diretas ao Papa Francisco, a deputada Chris Tonietto mostra estar alinhada politicamente com a Santa Sé quando busca "reiterar a naturalização da ordem social e da moral através do *lobby* antifeminista" (Junqueira, 2022, p. 84). A deputada Carla Zambelli, no entanto, deposita seu *capital social* (Bourdieu, 1981) nem sempre acionando gramáticas católicas-doutrinárias nas redes.

Entre as aproximações nas atuações das parlamentares católicas conservadoras, destaco quatro eixos: 1) A persuasão e o ativismo religioso em torno do termo "ideologia de gênero" em suas trajetórias nas redes sociais e nas ruas; 2) a simbologia da maternidade política enquanto fator de identificação social no campo legislativo; 3) a importância do apadrinhamento político partidário comum; e 4) a contribuição das parlamentares nas políticas de Estado que visaram institucionalizar a "ideologia de gênero" no antigo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos .

Os ativismos antifeministas das deputadas Carla Zambelli e Chris Tonietto empregaram o repertório antigênero de matriz cristã nas redes sociais e em atividades públicas, conformando-se enquanto partes fundamentais de um “antifeminismo de Estado” (Bonet-Martí, 2020). Espreado em ações estatais em torno da inventiva nomenclatura “ideologia de gênero”, buscam questionar os marcos regulatórios de gênero (como a Lei Maria da Penha, a PEC das Domésticas, os Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, etc.).

Zambelli e Tonietto atuam no espaço legislativo com feminilidades centradas na naturalização da vida maternal, como a utilização das imagens dos seus filhos nas redes sociais com intuito de sensibilizar os eleitores sobre temas como família e aborto. Neste ponto, o tema da maternidade política (politizada) interessa socialmente pois tanto é mobilizada pelos movimentos feministas que pautam por representatividade (“mais mães na política”) e outras maternidades/parentalidades, como por antifeministas, que ancoradas nos estereótipos maternais reivindicam a maternidade enquanto status de reafirmação política.

No âmbito da vida partidária das deputadas antifeministas, em comum encontramos apadrinhamentos políticos. Em ambos os casos de filiação das deputadas católicas, o papel dos filhos de Bolsonaro enquanto mediadores partidários foi central. Eduardo Bolsonaro abonou a ficha da deputada Carla Zambelli do PSL em São Paulo, e Flávio Bolsonaro abonou a de Chris Tonietto, do PSL, no Rio de Janeiro.

Por fim, as parlamentares católicas fortaleceram a perspectiva familista das “políticas públicas familiares” do antigo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Além do destino de emendas parlamentares para políticas públicas familistas, encontramos deputadas antifeministas guiadas pelo ultraconservadorismo católico, nem sempre acionado no mesmo *modus operandi*, com objetivos comuns de financiar políticas de Estado e institucionalizar a inventiva e fabricada “ideologia de gênero”. Resta saber, então, qual será o futuro das figuras públicas antifeministas e católicas no sutil declínio público bolsonarista.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Heloisa Buarque de. From shame to visibility: hashtag feminism and sexual violence in Brazil. *Revista Latinoamericana, Sexualidad, Salud y Sociedad*, s.l, n. 33, p. 19-41, 2019.

ALTOÉ, André Pizetta. A misoginia medieval reinventada: a aversão ao feminismo na sociedade brasileira de defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). *Projeto História*, São Paulo, v. 63, p. 115-143, 2018.

ANDRADE, Isabela; LOTTERMANN, Laysa. Feminismo x antifeminismo: por que há mulheres que pensam tão diferente. *Medium*, 13 maio 2021. Disponível em: <https://medium.com/labjorfaap/feminismo-x-antifeminismo-por-que-h%C3%A1-mulheres-que-pensam-t%C3%A3o-diferente-2c1f7404d24e>. Acesso em 23/07/2023.

ARIÑO, Toni Moranti. Uma primeira aproximação comparada ao fascismo feminino no Brasil e na Espanha, 1932-1937. *Locus: Revista de História*, v. 25, n. 2, p. 121-137, 2019.

BONET-MARTÍ, Jordi. Análisis de las estrategias discursivas empleadas en la construcción de discurso antifeminista en redes sociales. *Psicoperspectivas*, v. 19, v.3, p. 52-63, 2020.

BONET-MARTÍ, Jordi. Antifeminismo: Una forma de violencia digital en América Latina. *Revista Nueva Sociedad*, número 302. Dezembro de 2022. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/302-antifeminismo/>. Acesso em: 26/07/2023.

BONIN, Robson. Zambelli armada nas ruas de SP pode ser pá de cal para Bolsonaro. *Veja*. São Paulo. 29 out. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/zambelli-armada-nas-ruas-de-sp-pode-ser-pa-de-cal-para-bolsonaro>. Acesso em: 27/07/2023.

BUENO, Marília. Resenha de Benjamin Teitelbaum. Guerra pela eternidade: o retorno do tradicionalismo e a ascensão da direita populista. *Revista Plural*, v. 29, n. 1, p. 175-180, 2022.

BOURDIEU, Pierre. La représentation politique: éléments pour une théorie du champ politique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 36-37, p. 3-24, 1981.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 2.824 de 2019*. Declara a Princesa Isabel patrona da Abolição da Escravatura no Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2203014>. Acesso em: 23/07/2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 246 de 2019*. Institui o "Programa Escola sem Partido". Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2190752>. Acesso em: 23/07/2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 4.887 de 2019*. Estabelece a obrigatoriedade da aplicação do modelo cívico-militar a todas as escolas públicas da educação básica. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2218802>. Acesso em: 23/07/2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 434 de 2021*. Institui o Estatuto do Nascituro, que dispõe sobre a proteção integral do nascituro e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1963422&filename=PL%20434/2021. Acesso em: 23/07/2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Requerimento nº 64 de 2019*. Requer a realização, na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, de Seminário de Valorização da Família no Congresso Nacional. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>

proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2221855. Acesso em: 23/07/2023.

CARRANZA, Brenda. 40 anos de RCC: Um Balance Societario. *Revista Ciencias Sociales y Religión*, Porto Alegre, n. 10, p. 9-116, 2008.

CORDEIRO, Janaína. *Direitas em movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil*. São Paulo: Editora FGV, 2009.

CORRÊA, Sonia. A "política do gênero": um comentário genealógico. *Cadernos Pagu*, v. 53, 2018. ELAS NO CONGRESSO (ed.). Chris Tonietto. Disponível em: https://www.elasnocongresso.com.br/perfil/chris_tonietto. Acesso em: 26/07/2023.

FRESTON, Paul. "Conclusion". Palestra apresentada no congresso *Politics and Religion in Brazil and the Americas: Evangelical Churches and their Relations with Judaism, Zionism, Israel and the Jewish Communities*, Universidade de Haifa, 13-15 de Janeiro, 2020.

GALETTI, Camila. Feminismo x antifeminismo: Por que há mulheres que pensam tão diferente. Entrevista de Isabela Andrade e Laysa Lottermann do LabJor, *Medium*. 13 de maio de 2023. <https://medium.com/labjorfaap/feminismo-x-antifeminismo-por-que-h%C3%A1-mulheres-que-pensam-t%C3%A3o-diferente-2c1f7404d24e>. Acesso em: 26/07/2023.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *A invenção da ideologia de gênero: um projeto reacionário de poder*. Brasília: Letras Livres, 2022.

LACERDA, Marina Basso. *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2019.

LORDE, Audre. *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LUNA, Naara. Aborto, valores religiosos e políticas públicas: a controvérsia sobre a interrupção da gravidez na audiência pública da ADPF 442 no Supremo Tribunal Federal. *Religião e Sociedade*, v. 43, n. 1, p. 151-180, 2023.

MACHADO, Maria das Dores Campos; MARIZ, Cecília Loreto; CARRANZA, Brenda. Genealogia do sionismo evangélico no Brasil. *Religião e Sociedade*, v. 42, n. 2, p. 225-248, 2022.

MACHADO, Vitória de Almeida; REIS, Gabbiana dos. Fascismo feminino latino: primeiras comparações entre a Ação Integralista Brasileira e a Unión Revolucionaria. *Locus: Revista de História*, v. 28, n. 2, p. 185-201, 2022.

MARIANO, Ricardo. Expansão e ativismo político de grupos evangélicos conservadores: Secularização e pluralismo em debate. *Revista Civitas*, v. 16, n. 4, p. 710-728, 2016.

MARTINEZ, Fabiana Jordão. Militantes e radicais da quarta onda: o feminismo na era digital. *Revista Estudos Feministas*, v. 29, n. 3, p. 1-14, 2021

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Feminismo e política: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

TEIXEIRA, Jacqueline Moraes; REIS, Livia. Mulheres evangélicas para além do votos: notas sobre processos de engajamento, política e cotidiano. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 22, n. 42, p. 11-64, 2023.

TESSER, Tabata. *Entre terços e palanques: ativismos de deputadas católicas antifeministas na Câmara Federal*. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciência da Religião da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

ORTELLADO, Pablo. Bolsonarismo sem Bolsonaro?. *O Globo*, 1 jul. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/pablo-ortellado/coluna/2023/07/bolsonarismo-sem-bolsonaro.ghtml>. Acesso em 20/07/2023.

RAMOS, Daniela Peixoto. A família e a maternidade como referências para pensar a política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 16, p. 87-120, 2015.

ROSADO NUNES, Maria José; BANDEIRA, Olívia; PEREIRA, Gisele Cristina. A quem pertence o termo "católicas"? Direito e mídia como arenas e estratégias do neoconservadorismo. *Revista Plural*, v. 28, n. 1, p. 17-49, 2021.

SANTOS, Natália. Parlamentares bolsonaristas foram os mais influentes nas redes sociais em 2021, diz pesquisa. *O Estadão*. São Paulo, p. 1-1. 11 fev. 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/parlamentares-bolsonaristas-foram-os-mais-influentes-nas-redes-sociais-em-2021-diz-pesquisa/>. Acesso em: 15/07/2023.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. Dossiê: Feminismo em Questão, Questões do Feminismo. *Cadernos Pagu*, v. 16, p. 138-150, 2001.

STERNBACH, Nancy Saporta; NAVARRO-ARANGURN, Marysa; CHUCHRYK, Patricia; ALVAREZ, Sonia E. Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo. *Revista de Estudos Feministas*, v. v2, n. 02, p. 255-295, 1994.

Recebido em: 22/09/2023

Aprovado em: 09/12/2023

